

## Emendas ajudam Calha Norte e cidades pequenas

Comunidades da região do programa Calha Norte e cidades com menos de 100 mil habitantes estão entre os beneficiários de emendas ao Orçamento da União aprovadas ontem por quatro comissões do Senado. **Página 7**

## Corte de verba para cultura terá audiência pública

O contingenciamento de recursos orçamentários para o Ministério da Cultura, especialmente os referentes às artes cênicas, será discutido pelos senadores. **Página 7**

# SENADO APROVA 17 PROPOSTAS

Maior rigor contra motorista embriagado

Aumento de 13% para militares vai à sanção

Autorizada a emancipação de 55 municípios

Recursos para retomada de obras em aeroportos



Renan Calheiros preside a sessão do Senado em que foram votadas diversas matérias, inclusive a designação de autoridades

O Plenário do Senado aprovou ontem 17 matérias, entre as quais a proposta que aperfeiçoa dispositivos sobre o consumo de álcool, substâncias tóxicas e entorpecentes por motoristas. Outro projeto de grande repercussão é o que aumenta em 13%, com efeito retroativo a outubro, os soldos dos militares. A destinação de R\$ 350 milhões para aumento de capital da Infraero permitirá a retomada das obras de ampliação de vários aeroportos. **Páginas 3 e 6**

## Projeto combate discriminação e propaganda nazista

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprova, em caráter terminativo, proposta que aperfeiçoa normas penais sobre o assunto. **Página 8**



Ao lado de Mozarildo Cavalcanti e Garibaldi Alves, Rosângela fala à CPI dos Bingos

## Empresária de ônibus diz que foi vítima de extorsão em Santo André

Rosângela Gabrielli afirmou ter sofrido extorsão para que empresas de sua família pagassem contribuições mensais, supostamente

destinadas ao PT. Ela acusou Klinger Souza, Ronan Pinto e Sérgio Gomes de serem "o tripé do esquema de corrupção". **Página 6**

## Renan ressalta avanços do Prodasen em 33 anos

Automatização do processo de elaboração do Orçamento e Gabinete 24 Horas são citados pelo presidente do Senado na comemoração do aniversário do Prodasen. **Página 8**

## Definido rito para defesa de Capiberibe no Senado

Debate de quase duas horas marcou a aprovação, na Comissão de Justiça, do rito de procedimentos para a defesa do senador que teve mandato cassado pelo TSE. **Página 7**

## Plenário comemora os 50 anos do Dieese

Uma instituição que subsidia os trabalhadores na luta por melhores condições de vida recebe homenagem do Plenário. É o Dieese, que está completando 50 anos. **Página 5**



Ativistas do movimento negro participam no Plenário da homenagem a Afonso Arinos

## Senadores destacam a trajetória de Afonso Arinos em seu centenário

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, o ex-senador e ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, por ocasião da ce-

lebração do centenário de seu nascimento. Ele faleceu em 1990, com 85 anos de idade, sempre trabalhando ativamente. **Páginas 4 e 5**

Príncipe herdeiro do trono da Bélgica elogia capacidade de convivência entre diversas raças e culturas no Brasil



Renan conversa com o príncipe Léopold, que destaca laços unindo Brasil e Bélgica

## Senado recebe visita do príncipe belga

O príncipe herdeiro do trono da Bélgica, Léopold Louis Marie, fez uma visita oficial ao Senado ontem, quando foi recebido pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Roberto Saturnino (PT-RJ). Também estiveram presentes ao encontro os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Gerson Camata (PMDB-ES), Serys Shlessarenko (PT-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP), Amir Lando (PMDB-RO) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Conduzido ao Museu do Senado, onde são tradicionalmente recepcionados os chefes de Estado estrangeiros, o príncipe destacou os diversos laços que unem Brasil e Bélgica desde meados do século 19, especialmente nas áreas de

intercâmbio universitário e investimentos. Ele ressaltou ainda o interesse dos belgas na diversidade cultural brasileira e elogiou a capacidade de convivência entre tantas raças e culturas.

Filho mais velho do rei Albert II e da rainha Paola, o príncipe teve a oportunidade de apreciar um quadro que retrata o seu avô, o rei Albert I, em trajes militares. A obra, pintada por Jacques Madyol, foi doada ao Congresso pelo Parlamento belga em agradecimento à ajuda do Brasil durante a 1ª Guerra Mundial. Além de herdeiro do trono belga, o príncipe Léopold porta o título de duque de Brabant e ocupa uma vaga de senador. Ele também preside o Conselho de Administração do Escritório Belga de Comércio Exterior e o Conselho Federal de Desenvolvimento Sustentável.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Plenário pode apreciar propostas de emenda à Constituição

Na sessão de hoje, às 14h, estão previstas as votações, em segundo turno, de propostas de emendas constitucionais, entre elas a que concede

licença-maternidade nos casos de adoção (PEC 31/00) e a que amplia, até o fim do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e trata do valor mínimo nacional por aluno (PEC 29/02).

## Relatório da CPI da Terra continua em discussão

A CPI da Terra volta a discutir, às 11h, o relatório final da comissão. O relator, deputado João Alfredo (PSOL-CE), recomendou o indiciamento de membros da UDR, que, na sua avaliação, organiza milícias no campo. Já o presidente do colegiado, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), denunciou os sem-terra em relatório paralelo. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai discutir emendas à lei orçamentária às 10h.

## Pensamento de Celso Furtado em debate

Será realizada, às 9h, no Auditório Petrólio Portella, a abertura do seminário "A atualidade do pensamento de Celso Furtado – foto – sobre o desenvolvimento", com a presença dos presidentes da República e do Senado, além de ministros e outras autoridades. O

evento vai discutir as idéias e aplicações das teorias econômicas de crescimento e desenvolvimento regional, com a participação de Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Bresser Pereira, Luiz Gonzaga Belluzo, Carlos Lessa, Hélio Jaguaribe, entre outros.



## Insumos para agricultura orgânica

Os critérios para o registro de insumos que podem ser usados na agricultura orgânica são o tema da audiência pública que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove às 9h30. Foram convidados membros dos ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, entre outros.

## CPI dos Correios vota relatório de Fontes Financeiras

Está prevista, para as 10h, a votação do relatório parcial sobre movimentação financeira, apresentado pelo deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) na semana passada, que aponta contratos de publicidade como uma das possíveis fontes do valerioduto, derrubando a versão dos empréstimos. Às 14h, a Sub-Relatoria de Contratos ouve o representante da agência Ogilvy, que também mantém contratos com órgãos da administração pública.



## GTech na CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos ouve, às 10h30, Hércio Cambraia, mais uma pessoa relacionada às denúncias de fraudes nos contratos da GTech com a Caixa Econômica Federal, escândalo envolvendo Waldomiro Diniz, ex-assessor de José Dirceu na Casa Civil. Cambraia recebia grandes somas da MM Consultoria, acusada de intermediar propina paga pela GTech.

## 70 anos de Betinho

Amanhã, às 22h30, a TV Senado lembra os 70 anos de nascimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em documentário dedicado ao criador da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. O programa aborda desde a juventude de Betinho até os últimos anos de militância, no maior movimento institucional de mobilização popular do país.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, César Borges, Leonel Pavan, Paulo Paim e Sibá Machado e pela senadora Serys Shlessarenko

Projeto aprovado pelo Plenário e que muda o Código de Trânsito estabelece que motorista poderá ter infração comprovada por testemunho de policial

## Turismólogo: profissão regulamentada

O Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 24/05) que regulamenta a profissão de turismólogo, aquele que tem curso superior em Turismo ou que vem exercendo a profissão de maneira ininterrupta há pelo menos 12 meses até a publicação da lei.

A proposição segue agora à sanção presidencial, tendo recebido parecer favorável das três comissões do Senado em que tramitou.

## Aprovadas indicações para Anvisa e missões

O Senado aprovou, ontem, o nome de Maria Cecília Martins Brito para exercer o cargo de diretora na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O Plenário também ratificou os nomes de Luiz Augusto de Castro Neves, Edgard Telles Ribeiro e Almir Franco de Sá Barbuda para missões em carreira diplomática respectivamente na China e na Coreia do Norte; na Tailândia, em Myanmar, em Laos e no Camboja; e na Bélgica e em Luxemburgo.

## Câmara vai analisar PEC sobre servidores

Foi aprovada ontem em 2º turno a proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03) que trata da carreira de servidores do ex-território federal de Rondônia. A matéria será analisada agora pela Câmara.

A PEC, da senadora Fátima Cleide (PT-RO), determina que servidores públicos civis do ex-território federal de Rondônia, como policiais civis e profissionais das áreas de educação e saúde, passem a receber da União.

## Exame de suficiência para contadores

O Senado aprovou, ontem, projeto de lei (PLC 39/05) do deputado Átila Lira (PSDB-PI) que institui o exame de suficiência como condição para bacharéis em Ciências Contábeis e Técnicos em Contabilidade obterem o registro profissional nos conselhos regionais de Contabilidade (CRTs).

A matéria vai agora à sanção, após parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tinha decisão terminativa.



Em sessão que se prolongou pela noite, senadores aprovaram um total de 17 matérias, entre elas emendas constitucionais

## Zona Franca passará a se chamar Pólo Industrial de Manaus

Por unanimidade dos 55 senadores presentes, o Senado aprovou, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 59/04) que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. A proposição recebeu parecer favorável do relator Alvaro Dias (PSDB-PR) na Comissão de Justiça (CCJ). Antes de seguir para a Câmara, a matéria passará pela CCJ para redação final do segundo turno.

Para o senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), a definição "Pólo Industrial" expressará melhor o novo modelo praticado na região, que implementou a produção de produtos qualificados por ele como sendo de "altíssima definição tecnológica". Ele afirmou que as exportações da indústria local crescem em ritmo quatro vezes mais rápido que a média nacional, gerando faturamento anual de cerca de US\$ 16 bilhões e 100 mil empregos.

## Plenário aceita tratados de cooperação com China e Mercosul

Dois projetos de decreto legislativo (PDLs 356 e 364, ambos de 2005) relativos a acordos internacionais firmados pelo Brasil foram aprovados ontem pelo Plenário. A primeira proposta, relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), trata da cooperação entre os governos brasileiro e chinês para o desenvolvimento, com fins pacíficos, de satélites de recursos terrestres. O acordo prevê a ampliação do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (Cbbers). A segunda proposta, relatada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), estabelece a assistência jurisdicional em diversos ramos do Direito entre os países integrantes do Mercosul, a Bolívia e o Chile. Suplicy observou que nacionais e residentes permanentes dos Estados signatários do acordo terão livre acesso à jurisdição de cada país. As matérias seguem agora à promulgação.

# Projeto trata com rigor embriaguez no trânsito

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 87/03) que modifica o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para aperfeiçoar dispositivos que tratam do uso de álcool, substâncias tóxicas e entorpecentes por parte dos motoristas. O projeto estabelece que os motoristas sob suspeita de embriaguez que se recusarem a fazer o teste poderão ter a infração comprovada por meio de outras provas legais ou do testemunho do guarda de trânsito. A medida estende-se também à suspeita de uso de outras drogas.

O deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), autor do projeto, diz que, embora a condução sob a influência de álcool ou substâncias tóxicas ou entorpecentes seja

considerada delito de trânsito, sua caracterização e punição são prejudicadas pela recusa do condutor em se submeter aos testes previstos no Código de Trânsito.

Os senadores acolheram emenda supressiva dos senadores Sibá Machado (PT-AC) e Aloizio Mercadante (PT-SP), que retirou do projeto proposta de redução da concentração mínima de álcool no sangue que caracteriza a embriaguez do motorista. Desta forma, permanece a concentração de seis decigramas de álcool por litro de sangue para atestar a infração.

O projeto, relatado na Comissão de Justiça (CCJ) pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), vai retornar à Câmara por ter sofrido alterações no Senado.

## Senado acata reajuste no soldo dos militares

Vai à sanção presidencial o projeto de Lei da Câmara (PLC 120/05) que aumenta em 13%, com efeito retroativo a outubro deste ano, os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas. Por solicitação dos líderes, a matéria tramitou em regime de urgência urgentíssima. Os pareceres das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) foram proferidos em Plenário, respectivamente, pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA, presidente da CCJ), e Aloizio Mercadante (PT-SP).

## União vai reordenar os serviços de meteorologia

O Senado aprovou ontem em primeiro turno substitutivo à proposta de emenda a Constituição (PEC 12/03), de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), que dispõe sobre o reordenamento, pela União, do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. A matéria ainda será votada em segundo turno.

A relatora Serys Slhessarenko (PT-MT) argumenta que a meteorologia é um serviço público não privativo. Assim, o Estado não é detentor de sua titularidade, possibilitando também a particulares a sua exploração.

## Aprovada nova composição do Conselho de Ética

O Senado Federal aprovou ontem, por unanimidade, a nova composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Esta é a 5ª eleição geral do órgão, desde

sua criação, em 1993.

Formado por 15 senadores titulares e 15 suplentes, ele passa a estar assim representado:

### Bloco PFL / PSDB

**TITULARES** – Demostenes Torres (PFL-GO), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Heráclito Fortes (PFL-PI), Leonel Pavan (PSDB-SC), Paulo Octávio (PFL-DF) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

**SUPLENTES** – César Borges (PFL-BA), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) e Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM).

### PMDB

**TITULARES** – Ney Suassuna (PB), João Alberto Souza (MA), Ramez Tebet (MS) e Luiz Otávio (PA).

**SUPLENTES** – Gerson Camata (ES), Alberto Silva (PI), Valdir Raupp (RO) e Pedro Simon (RS).

### Bloco de Apoio ao Governo (PT / PL / PSB)

**TITULARES** – Sibá Machado (PT-PA), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Fátima Cleide (PT-RO).

**SUPLENTES** – Ainda não foram indicados. Serão votados posteriormente.

### PDT

**TITULAR** – Jefferson Péres (AM)

**SUPLENTE** – Augusto Botelho (RR)

### PTB

**TITULAR** – Mozarildo Cavalcanti (RR)

**SUPLENTE** – Valmir Amaral (DF)

Sessão especial comemora o centenário de nascimento do ex-senador Afonso Arinos de Melo Franco, que se destacou no campo dos direitos humanos



Célio Azevedo



Jane Araújo

**Passado e presente** Arinos (D), ao lado de Mário Covas e Fernando Henrique (E), no lançamento do PSDB, em 1988, é homenageado em sessão que contou com a presença de Afonso Arinos Filho, entre Maciel e Renan

## Senado exalta luta de Arinos contra discriminação racial

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, a memória do jurista, ex-senador e ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, pela passagem do centenário de seu nascimento. Ele faleceu em 1990, aos 85

anos de idade.

Proposta pelo senador Marco Maciel, a solenidade contou com a presença de vários convidados, entre eles o embaixador Afonso Arinos de Melo Franco Filho; o embaixador Antônio

Patriota, representante do Ministério das Relações Exteriores; o ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro; e representantes de associações de defesa da igualdade racial.

Ao abrir a solenidade, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou a figura de humanista e defensor dos direitos humanos que foi Afonso Arinos, autor da primeira lei contra a discriminação racial.

A obra do político e jurista Afonso Arinos foi exaltada pelos senadores José Sarney, Arthur Virgílio Neto, Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Paulo Paim e Roberto Saturnino.

Ao encerrar a sessão especial, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) fez entrega de diversos exemplares da Biblioteca Básica Brasileira, editada pelo Senado, ao filho do homenageado.

### Discursos lembram importância da vasta obra literária e atuação na Constituinte

Homenagem ao autor da primeira lei, no mundo, contra a discriminação é realizada pouco depois de a Casa ter aprovado o Estatuto da Igualdade Racial

Renan Calheiros



Assunção Costa

**"Obra do jurista deve inspirar a todos os políticos"**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou na figura do homenageado o exemplo de homem público que ele sempre representou. "Em tempos conturbados como os que vive o Brasil, lembrar Arinos deve servir de inspiração e modelo para todos nós."

Para Renan, é uma feliz coincidência o fato de o Senado celebrar o centenário do jurista pouco depois de ter aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, uma vez que Arinos foi autor, em 1951, da primeira lei, no mundo, contra o racismo.

José Sarney



Jane Araújo

**"Maior realização foi lei destinada a coibir o racismo"**

Grande humanista e intelectual, autor de 120 obras nos mais diversos campos, Afonso Arinos foi um dos maiores homens da história do país. Assim o senador José Sarney (PMDB-AP) referiu-se ao político que "engrandeceu o Parlamento" e foi o nome mais ilustre da galeria de grandes homens que já passaram pelo Senado.

Sarney lembrou que o homenageado considerava sua mais importante realização a proposta que apresentou para coibir a discriminação racial – a Lei Afonso Arinos.

Arthur Virgílio



Jane Araújo

**"Não se pode esquecer papel quase de guru"**

Na sua homenagem a Afonso Arinos, o senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) comparou-o a Joaquim Nabuco, jornalista e parlamentar do século 19 que lutou pela abolição da escravatura da mesma forma que Arinos lutou contra a discriminação racial.

Virgílio ressaltou as qualidades do acadêmico, homem de letras, orador e constitucionalista. Destacou ainda a atuação de Arinos na elaboração da Constituição de 1988. "Não se pode esquecer o seu papel essencial, quase que de guru", disse.

Antonio Carlos



Célio Azevedo

**"Um vencedor nas áreas em que trabalhou"**

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou Afonso Arinos como um "vencedor" em todas as áreas nas quais trabalhou, de professor universitário a ministro e parlamentar. Mas destacou especialmente a importância da atuação de Arinos no Congresso Nacional.

– Era como político que ele gostava de aparecer, além de grande professor. Foi no Legislativo que sua postura democrática se tornou a bússola dos homens públicos deste país – afirmou Antonio Carlos.

Marco Maciel



Célio Azevedo

**"Atenção com a cidadania e as instituições"**

Marco Maciel (PFL-PE) destacou a presença do homenageado na consolidação da democracia, lembrando que em muitas ocasiões tensas do país "emerge o Afonso Arinos atento à necessidade de garantir os direitos da cidadania, fortalecer as instituições, assegurar o pluralismo e edificar uma sociedade aberta, livre e socialmente justa".

Segundo disse, Arinos foi "um humanista dotado de provisão de luz capaz de enxergar que o homem necessita de liberdade, pão e espírito; justiça, paz e solidariedade".

Paulo Paim



Célio Azevedo

**"Jurista integra o grupo dos corajosos"**

Autor do projeto que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que Arinos pertence ao grupo de pessoas corajosas e ousadas – brancas ou negras – que lutaram contra o racismo no Brasil.

– A Lei Áurea promoveu a abolição da escravatura, mas não assegurou os direitos civis à população negra, o que só ocorreu 63 anos e dois meses depois com a Lei Afonso Arinos, que demonstra a ousadia de um homem que lutou contra os preconceitos de sua época.

# Filho lembra amor pela atuação parlamentar

Afonso Arinos de Melo Franco “amava o Senado”, afirmou ontem seu filho e embaixador, que também se chama Afonso Arinos de Melo Franco, após a realização da sessão especial em homenagem ao centenário de nascimento do político e jurista.

– De tudo o que tem sido feito no Brasil em homenagem ao centenário dele, nada poderia lhe ter dado mais prazer. Meu pai representou o povo nesta Casa por 12 anos. Ele



Como senador, Afonso Arinos participou da elaboração das Constituições de 1946 e 1988

morreu aqui, praticamente. Só não morreu na tribuna por acaso. É uma alegria para mim estar aqui hoje no Senado, representando-o – frisou.

O embaixador contou que seu pai foi um exemplo e que ensinava não pela coerção,

mas pelos seus atos e pelas suas idéias.

– Nós procuramos, dentro das nossas humildes possibilidades, não desmerecer tudo aquilo que ele fez, que foi muita coisa – comentou.

## Roberto Saturnino



### "Uma das maiores figuras da política"

Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que a homenagem ao ex-senador Afonso Arinos, prestada ontem, é um reconhecimento a uma das maiores figuras da cena política brasileira.

O senador destacou que a vida pessoal e familiar do homenageado também foi exemplar, norteadas pela consciência de que o homem público sempre deve dar exemplo.

Saturnino também lembrou que, na época em que a política mundial estava polarizada entre Estados Unidos e União Soviética, Arinos compreendeu a importância de o Brasil buscar a equidistância entre os dois pólos, o que foi marcante para a soberania do país.

## Ramez Tebet



### "Pioneiro na legislação pela igualdade racial"

Em discurso no Plenário, Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou que Afonso Arinos de Melo Franco foi “um dos primeiros homens públicos do mundo a elaborar uma lei que visava evitar a diferenciação das pessoas pela cor da pele”.

O senador lembrou que Arinos participou de duas assembleias constituintes: a de 1946 e de 1988.

– Ele foi um dos grandes líderes da sua época – afirmou.

Durante sua trajetória, o homenageado fez parte dos quadros das extintas União Democrática Nacional e Aliança Renovadora Nacional. Após o fim do regime militar, atuou pelo PFL e pelo PSDB.

Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado e Leonel Pavan elogiaram o papel da entidade na geração de dados relevantes ao movimento sindical

# Senadores saúdam Dieese pelos 50 anos a serviço dos trabalhadores

Os 50 anos de fundação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que transcorrerão no dia 22 de dezembro, foram comemorados ontem antecipadamente pelo Senado. Autor do requerimento que dedicou a hora do expediente à homenagem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que a criação da instituição quebrou o monopólio de informações sobre custo, nível e padrão de vida.

– O Dieese foi criado para subsidiar os trabalhadores por meio de estudos e pesquisas na disputa política por melhores condições de vida e de trabalho no Brasil. Pode-se dizer que a instituição foi o presente de Natal mais útil que os trabalhadores já receberam. Hoje ele é considerado uma das instituições de maior credibilidade do país – afirmou.

Suplicy lembrou que a história do Dieese começou oficialmente quando um grupo de 21 dirigentes sindicais de São Paulo decidiu construir um



Autor do requerimento de homenagem, Suplicy destaca credibilidade da entidade

organismo próprio dos trabalhadores, não previsto pela estrutura sindical, com o objetivo de produzir dados que embasassem suas negociações junto ao patronato. O atual presidente da instituição, Carlos Andreu Ortiz, o vice-presidente João Vicente Cayres e o diretor técnico Clemente Ganz participaram da homenagem.

Presidindo a sessão de homenagem, Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou o departamento intersindical pela produção de dados estatísticos im-

portantes para a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores.

## Orgulho

Após assinalar a importância do trabalho do Dieese, Paulo Paim (PT-RS) disse ter orgulho e se considerar filho não só do movimento sindical, mas do próprio instituto de pesquisa. O senador lembrou ter recorrido várias vezes aos dados produzidos pelo órgão, em sua atuação nos meios sindical e político, como nas inúmeras negociações salariais com sindicatos patronais.

– Na hora do grande debate técnico, é bom saber que as portas do Dieese estão sempre abertas – destacou.

Após assinalar a desvinculação da entidade a partidos políticos, Paim citou estudos importantes realizados pelo Dieese, como o acompanhamento mensal do preço da cesta básica e a análise do desempenho do PIB e do salário mínimo. Para a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a instituição ainda deve contribuir muito para o desenvolvimento do país.

## Mercadante elogia papel inovador do instituto de pesquisa

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou sentir-se honrado em homenagear o Dieese, uma das poucas instituições a sobreviver a inúmeras crises econômicas por meio século, ao longo da história republicana. Para o senador, o Dieese, com representação em 15 capitais, é o único instituto de pesquisa no mundo diretamente vinculado a centrais sindicais.

Mercadante disse que o órgão inovou ao realizar pesquisas mensais com indicadores sobre emprego e renda, adquiriu credibilidade e sobreviveu a adversidades econômicas e políticas. Sua abrangência, acrescentou, é a razão de sua permanência e de sua capacidade de manter a unicidade sindical.



Para Mercadante, abrangência do Dieese assegura sua permanência por meio século

## Assessoramento permanente aos sindicatos

Criado em 22 de dezembro de 1955, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) assessora entidades sindicais com a realização de atividades de pesquisa, educação e comunicação relacionadas à área trabalhista. Sem fins lucrativos, é mantido pela contribuição dos sindicatos.

Com sede em São Paulo, o Dieese abrange todo o território nacional, com escritórios regionais em 15 estados – Bahia, Ceará, DF, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. A instituição dispõe de subseções em várias entidades sindicais, incluindo áreas de metalurgia, bancária, elétrica, química e petroquímica, telecomunicações, educação e serviço público.

O órgão conta com uma equipe multidisciplinar formada por sociólogos, economistas, engenheiros de produção, analistas de sistemas e estatísticos, entre outros.

## Sibá ressalta contribuição para o movimento sindical

Ao discursar em sessão comemorativa dos 50 anos do Dieese, Sibá Machado (PT-AC) elogiou a importância histórica da entidade para os trabalhadores brasileiros. Ele leu artigo do economista Sérgio Mendonça abordando desde a criação do órgão em 1955, quando foi implantado o Índice do Custo de Vida, até a época atual, em que desenvolve trabalhos ligados à formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento.

– Planos da pesquisa não são suficientes para responder às necessidades de atuação do movimento sindical. É necessário propor para poder conversar com todos os segmentos da sociedade, uma vez que as questões de emprego dizem respeito ao conjunto da sociedade – assinalou Sibá.



Artigo lido por Sibá enfatiza contribuição do Dieese na formulação de políticas públicas

## Aprovado projeto que beneficia 55 municípios criados até 2000

Mais de cinquenta cidades brasileiras poderão ser beneficiadas pelo substitutivo aprovado ontem pelo Senado, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição, excluindo os municípios criados até 2000 dos efeitos da Emenda Constitucional 15, de 1996.

Essa emenda determina que a criação de municípios depende de lei estadual, consulta à população e estudo de viabilidade municipal. Entretanto, 53 municípios que já estavam com seus processos de emancipação em andamento ficaram prejudicados. O texto acolhido hoje autoriza a emancipação desses municípios.

A matéria foi acolhida na forma de substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 12/04, apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Houve debates no Plenário em razão do destaque apresentado pelo autor da PEC 12/04, Luiz Otávio (PMDB-PA),

pedindo voto em separado do dispositivo que condicionava a criação dos municípios à realização de pelo menos duas eleições municipais. A exclusão desse dispositivo permitiria que mais dois municípios fossem acrescentados, um no Acre e outro no Pará, totalizando 55.

Diante da preocupação com a possibilidade de outros municípios poderem ser beneficiados, dando origem a uma onda de emancipações, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator da matéria, disse que seriam necessários estudos mais aprofundados. No entanto, ele recomendou a exclusão do texto, já que a proposta, uma vez aceita no Senado, deverá ser apreciada na Câmara, havendo tempo para essa averiguação.

A PEC foi aprovada por 60 votos contra 1, enquanto o texto destacado foi excluído por 44 votos a 6. A matéria volta para a CCJ para redação final do texto e segue para a Câmara.



Plenário aprova empréstimos destinados ao setor de habitação e ao combate à pobreza

### Liberadas verbas para obras em aeroportos

O Plenário aprovou ontem substitutivo a projeto de conversão, oriundo da Medida Provisória 260/05, pelo qual a União destina R\$ 350 milhões para aumento de capital da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Dessa forma, poderão ser retomadas obras de ampliação de vários aeroportos, paralisadas por falta de recursos.

O relator da matéria, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), fez alterações na proposta da Câmara, modificando as verbas destinadas aos aeroportos do Pará. Com isso, a matéria será novamente submetida ao exame dos deputados.

O aumento de capital da Infraero permitirá a adequação dos aeroportos internacionais do país, para que atendam a novas normas de segurança definidas pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

### Autorizados créditos junto ao Banco Mundial

Dois projetos de resolução que autorizam a contratação de operações de créditos com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) foram aprovados ontem pelo Plenário.

O primeiro empréstimo autorizado (PRS 84/05), no valor de US\$ 502,52 milhões, destina-se à política de habitação. Conforme explicou César Borges (PFL-BA) durante a votação da matéria na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não se trata de recursos adicionais para o setor, segundo informações do Ministério das Cidades.

O outro empréstimo acolhido (PRS 85/05), no valor de US\$ 54,35 milhões, vai ajudar a financiar o Produzir II, projeto de combate à pobreza no Interior da Bahia. O programa tem o objetivo de elevar a qualidade de vida em pequenos municípios.

Efraim Morais declara que CPI dos Bingos poderá promover acareação entre Klinger, Ronan Pinto, Sombra – apontados como líderes do esquema – e Rosângela Gabrielli

## Empresária garante a CPI que pagou propina em Santo André

A empresária de transporte urbano Rosângela Gabrielli afirmou ontem que sofreu extorsão em Santo André (SP) para que empresas de sua família pagassem contribuições mensais, supostamente destinadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em depoimento à CPI dos Bingos, acusou Klinger Luiz de Oliveira Souza, Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva (o Sombra) de serem o “tripé do esquema de corrupção na cidade”. Rosângela garantiu que trazia provas de tudo e, ao final, entregou vários documentos à CPI.

Nas três horas de depoimento, ela relatou que empresas de ônibus do município foram obrigadas a contribuir mensalmente para a “caixinha”, de 1997 até o fim de 2002. Rosângela disse que, ao assumir a prefeitura em 1997, Celso Daniel – assassinado há três anos – realizou concorrência para privatizar algumas das linhas. Seis empresas criaram então o Consórcio Expresso Nova Santo André, que ganhou a licitação. Entre essas encon-



Ao lado de Mozarildo e Garibaldi, Rosângela Gabrielli relata como era feita a extorsão

trava-se a Expresso Guarará, pertencente ao pai dela, Luiz Alberto Gabrielli, da qual é sócia. Mencionou que duas empresas da família contribuíam por mês, para o esquema, com aproximadamente R\$ 41,8 mil.

Segundo Rosângela, no início do mandato, Celso Daniel chamou Luiz Gabrielli para uma reunião e teria dito que dali em diante quem administraria a cidade seria Klinger, secretário de Serviços Municipais, e que ele, Celso, cuidaria mais de assuntos políticos. Dias depois,

acrescentou Rosângela, Klinger marca reunião com Luiz Alberto, com as presenças de Ronan Pinto (também empresário de transportes) e de Sérgio Gomes da Silva, segurança e amigo de Celso. “Naquele momento disseram que teria de ser recolhida a contribuição das empresas e que esse dinheiro seria levado para o PT em São Paulo.”

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), declarou que poderá haver uma acareação entre os três acusados e a empresária.

### Garibaldi poderá pedir indiciamento de três acusados

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmou ontem que vai sugerir o indiciamento de Klinger Luiz de Oliveira Souza, secretário de Santo André na gestão de Celso Daniel, e dos empresários Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e Ronan Maria Pinto, acusados de terem liderado um esquema de corrupção na cidade.

Para o presidente da CPI, senador Efraim Morais, o depoimento de Rosângela Gabrielli foi “sério, consistente e verdadeiro”. Ele anunciou que vai propor à Controladoria Geral da União fiscalização na prefeitura de Santo André, referente ao período em questão. Efraim e Garibaldi disseram que a conexão entre o esquema de corrupção e a morte de Daniel é plausível, mas que cabe à Polícia Federal e ao Ministério Público averiguarem.

### Sub-relator vê irregularidades em contratos de publicidade com o BB

O sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), disse que há irregularidades nos contratos das agências de publicidade com o Banco do Brasil (BB) e destacou as práticas da antecipação do pagamento e da “bonificação de volume”. Foram tomados ontem depoimentos do publicitário Eduardo Groisman, da agência D+ Brasil, e de Paulo Roberto Correia dos Santos, diretor administrativo e financeiro da agência de publicidade Lowe.

Paulo Roberto revelou que desde 2001 o BB antecipava, aproximadamente a cada três meses, pagamentos referentes a serviços de publicidade. O executivo da Lowe reconheceu que essa não é uma prática comum no mercado publicitário e admitiu que assim acarreta perdas para o banco, uma vez que os valores pagos poderiam ter sido investidos.

José Eduardo Cardozo consi-

derou a antecipação uma prática estranha e injustificável. A seu ver, a concentração das verbas publicitárias da Visanet na agência DNA, do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, a partir de 2003, é outra ocorrência inusitada.

O sub-relator também levantou dúvidas sobre outro procedimento das agências de publicidade: o recebimento da bonificação de volume (BV). Groisman e Paulo Roberto explicaram que se trata de um desconto concedido pelas empresas de televisão às empresas publicitárias em razão do volume de recursos que elas direcionam a cada emissora. Quanto maior o valor dos anúncios que veiculam, maior a bonificação.

A D+ Brasil prestou serviços ao BB entre 2003 e 2005, assim como a Ogilvy e a DNA. A Lowe trabalhou com a estatal e outras agências, entre março de 2000 e setembro de 2003.



Senadores divergem na discussão do parecer de Edison Lobão (terceiro à direita)

## CCJ define rito para defesa de Capiberibe no Senado

Após debate de quase duas horas e muita polêmica em torno da interpretação do princípio constitucional da ampla defesa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao rito de procedimentos estabelecido pela Mesa do Senado para a defesa do senador João Capiberibe (PSB-AP). Capiberibe teve seu mandato parlamentar cassado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sob a acusação de compra de votos durante a campanha eleitoral de 2002.

O direito de defesa foi proposto pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e aprovado pela Mesa da Casa, por meio da Representação do Senado 1/05, para cumprir liminar concedida pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello em mandado de segurança impetrado por Capiberibe. Para conceder a liminar que restabeleceu o mandato do senador, o ministro fundamentou sua decisão no artigo 55 da Constituição federal, que prevê o amplo direito de defesa para os parlamentares cassados por decisão da Justiça Eleitoral também na Casa a que pertencem.

Com base no rito procedimental, João Capiberibe terá o prazo de cinco dias úteis para apresentar defesa escrita perante a Mesa do Senado. Esgotado esse período sem a defesa, o presidente do Senado indicará defensor dativo (nomeado por ele) para oferecê-la nos próximos cinco dias úteis. Após a defesa, feita pelo parlamentar ou pelo defensor dativo, o relator designado terá ainda outros cinco dias para proferir relatório e voto, que serão analisados, então, pela Mesa.

### Polêmica

A discussão do parecer de Edison Lobão foi cercada de muita polêmica. Os senadores Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentaram voto em separado, sugerindo rito diferente para a defesa e o envio da representação da Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

– Ampla defesa é a oportunidade de produção de todas as provas em direito admitidas: testemunhais, periciais, documentais, vitorias etc. – argumentou Juvêncio.

Para Valadares, as regras do rito de defesa tinham que ser definidas em resolução e não por ato da Mesa. Em seu parecer de 16 páginas, o senador chegou a apresentar um projeto de resolução a ser adotado.

A maioria dos senadores, no entanto, aprovou o parecer de Lobão por entender que a cassação já havia sido decidida pelo STF, não cabendo reexame de mérito pelo Senado.

– O reexame de mérito é absolutamente inviável. Não podemos revogar uma decisão do Supremo – afirmou Demostenes Torres (PFL-GO).

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Amir Lando (PMDB-RO) também consideraram que a questão já foi decidida no Judiciário e que não se trata de quebra de decoro parlamentar para que o processo seja enviado ao Conselho de Ética.

Ramez Tebet (PMDB-MS) posicionou-se contra a idéia de Valadares de elaborar uma resolução.

– O Senado tem de ter previsão. Não podemos fazer uma resolução para beneficiar um processo que já está em andamento – analisou Tebet.

Entre os possíveis beneficiários estão o programa Calha Norte, as Forças Armadas, os ministérios da Integração Nacional e das Cidades e a Agência Nacional de Águas

## Comissões aprovam emendas ao projeto do Orçamento para 2006

O apoio às comunidades da região beneficiada pelo programa Calha Norte, na Amazônia, e a assistência aos brasileiros residentes no exterior foram contemplados com emendas ao projeto do Orçamento da União para 2006 escolhidas ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Também foram adotadas emendas destinadas a garantir a manutenção e o reequipamento das Forças Armadas.

O relator das emendas, senador Jefferson Péres (PDT-AM), destacou a importância dos R\$ 100 milhões previstos em emenda da comissão para a região do Calha Norte. A seu ver, o programa tem grande papel na segurança nacional.

Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem as cinco emendas que tem direito a apresentar à proposta orçamentária de 2006, em discussão na Comissão Mista de Orçamento

(CMO). O total de recursos aprovados foi de R\$ 1,1 bilhão, cabendo aos ministérios da Integração Nacional e das Cidades a maior quantia – R\$ 300 milhões cada –, a ser usada, respectivamente, em ações preventivas de combate a desastres naturais e de apoio à política nacional de desenvolvimento urbano.

À Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Ministério da Saúde, foram destinados recursos da ordem de R\$ 200 milhões, a serem usados em saneamento básico. A mesma quantia foi para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a finalidade de melhor estruturar a rede básica de serviços de proteção social. Caberá à CMO acolher ou não as emendas e os respectivos valores aprovados pela comissão.

### CMA e CAE

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

também aprovou ontem as cinco emendas que, como comissão permanente, pode oferecer ao projeto de lei do Orçamento da União para 2006. A proposta de maior valor da CMA destina R\$ 300 milhões à Agência Nacional de Águas (ANA) para fomento de projetos de recuperação e conservação de bacias hidrográficas. A emenda é do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

Entre as emendas apresentadas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao projeto do Orçamento está a que destina R\$ 300 milhões para obras de infra-estrutura em cidades com menos de 100 mil habitantes, principalmente asfaltamento de ruas, melhoria nos sistemas de transportes e obras de ligação entre bairros. O dinheiro, se aprovado pelo relator-geral da proposta orçamentária, deputado Carlito Merss (PT-SC), será repassado pelo Ministério das Cidades.

## Situação do teatro será tema de audiência pública

O contingenciamento dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Cultura, especialmente no que se refere às artes cênicas, e a inclusão das empresas produtoras de teatro no Simples, regime simplificado de pagamento de tributos, serão debatidos em audiência pública da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, segundo decisão adotada ontem pelo colegiado.

O requerimento para a realização da audiência – já marcada para a próxima quarta-feira – foi apresentado pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), presidente da subcomissão, depois de reunião em que mais de cem representantes do setor apresentaram informações detalhadas sobre a crise do meio teatral e a retenção de recursos orçamentários destinados à cultura. Representantes



Cabral (E) quer discutir também contingenciamento de verbas do Ministério da Cultura

dos ministérios da Fazenda e da Cultura e associações de produtores teatrais de todo o país deverão participar do debate.

### Orçamento

A cultura foi beneficiada com emenda no valor de R\$ 100 milhões no projeto do Orçamento da União para 2006 que será apresentada pela Comissão de Educação (CE). A verba é des-

tinada à ampliação dos recursos da Fundação Nacional de Arte (Funarte) para a concessão de prêmios de arte e cultura no setor de teatro e dança. O total de emendas da CE é de R\$ 2,36 bilhões. As maiores destinam R\$ 1,28 bilhão à reestruturação da rede física pública da educação infantil e R\$ 680 milhões ao desenvolvimento da educação profissional.

## Presidente da CE discute propostas para a educação

O presidente da Comissão de Educação (CE), Gerson Camata (PMDB-ES), reuniu-se ontem com representantes das editoras brasileiras de livros didáticos para tratar da relação dessas

instituições com o Legislativo e discutir as principais propostas na área de educação, previstas para o próximo ano.

Estiveram presentes o presidente da Associação Brasileira de

Editores de Livros (Abrelivros), João Arinos; o vice-presidente, Jorge Yunes; e a gerente de relações governamentais da Editora Abril, Ângela Rehem. Durante o encontro, Camata confirmou o seu

apoio ao projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que regulamenta o Fundo de Leitura e ao programa do Ministério da Educação sobre a distribuição de livros didáticos ao ensino médio.



Leonel Pavan defende alterações na forma de distribuir recursos para estados e municípios

## Pavan reclama da demora para liberar recursos

Ao reclamar da demora na liberação das emendas parlamentares pelo Executivo, Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu mudanças nas formas de distribuir os recursos aos municípios e estados, respeitando o voto da população. Pavan explicou que, neste período do ano, há no Congresso uma certa agitação, porque são discutidas as emendas parlamentares na Comissão de Orçamento e os parlamentares são procurados por governadores, vereadores e prefeitos, com reivindicações justas, na esperança de suas emendas serem aprovadas.

## Agripino aponta perseguição a Sergipe

"Se a situação do empréstimo que o governo de Sergipe está pleiteando junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social não for resolvida em uma semana, em nome do PFL saberei reagir à altura contra essa perseguição política", alertou da tribuna o líder do partido no Senado, José Agripino (RN). Ele afirmou que o governo federal está perseguindo aquele estado nordestino pelo fato de ser governado por um integrante do PFL, o governador João Alves.



Agripino exige solução para o caso do empréstimo que Sergipe solicitou ao BNDES

Contas bancárias de idosos podem ficar livres de taxas, e hospitais devem dar atendimento prioritário a idosos e pessoas com deficiência, segundo propostas acolhidas por comissão

# Projeto que define crimes por discriminação é aprovado na CDH

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem foi aprovado ontem, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por unanimidade e em decisão terminativa. Segundo a proposta, também poderá ser punido com reclusão de um a três anos, além de multa, o ato de fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos ou propaganda que induzam ao nazismo.

Outro projeto de Paulo Paim acolhido pela CDH inclui os hospitais

entre as entidades obrigadas a oferecer atendimento prioritário a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo. O relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou substitutivo ao PLS 181/03, para abranger postos de saúde e clínicas de exames ambulatoriais entre as entidades.

A CDH ainda aprovou o PLS 173/04, de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que isenta do pagamento de taxas bancárias as contas de pessoas com mais de 60 anos e que recebam até um salário mínimo como aposentadoria da Previdência. Todos os maiores

de 70 anos foram beneficiados com emenda do relator, Reginaldo Duarte (PSDB-CE). A decisão da comissão foi em caráter terminativo.

### Emendas orçamentárias

As cinco emendas da comissão ao projeto da lei orçamentária para 2006, no valor de R\$ 761,7 milhões, foram aprovadas. Os valores destinam-se à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, à Subsecretaria de Direitos Humanos, à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e ao Fundo Nacional de Assistência Social.



Destaque da mídia a recursos para entidades de trabalhadores rurais incomoda Ana Júlia

## Ana Júlia vê mau uso do relatório da CPI da Terra

Ana Júlia Carepa (PT-PA) lamentou que setores da mídia utilizem o relatório da CPI da Terra, elaborado pelo deputado João Alfredo (PSOL-CE), para responsabilizar as entidades representativas dos trabalhadores pelos problemas no campo. Segundo a senadora, as pessoas estão interpretando mal o relatório, ou enxergando apenas o que lhes convém. Ela se disse incomodada com o destaque à informação de que, nos últimos dez anos, foram repassados às entidades ligadas aos trabalhadores do campo cerca de R\$ 41 milhões.

## Osmar quer mais empregos para os jovens

Preocupado com os dados apresentados pelo Relatório Mundial sobre a Juventude 2005, divulgado recentemente pela Organização das Nações Unidas (ONU), Osmar Dias (PDT-PR) cobrou do presidente Lula a reformulação do programa Primeiro Emprego, cujo objetivo era oferecer oportunidade de trabalho a 250 mil jovens entre 15 e 24 anos. De acordo com o senador, o programa, criado em 2003, "conseguiu resultados pífios", com apenas 6 mil jovens engajados.



Para Osmar Dias, o programa Primeiro Emprego conseguiu até agora "resultados pífios"



Com a presença de senadores e diretores da Casa, Renan Calheiros abre cerimônia que comemorou os 33 anos de fundação do Prodasen

## Renan: inovação tecnológica permite transparência

Ao abrir a cerimônia em comemoração aos 33 anos da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), Renan Calheiros afirmou que tecnologia no Senado significa também racionalidade, corte de gastos, transparência e cidadania. O presidente do Senado ressaltou a participação do Prodasen na automatização do processo de elaboração do Orçamento da União nas três últimas décadas.

O novo sistema de comunicação eletrônica que está sendo implantado pelo Senado, chamado Gabinete 24 Horas, foi citado por Renan Calheiros como realização do Prodasen. Esse projeto de modernização tecnológica permitirá aos senadores a conexão com seus gabinetes de qualquer lugar do Brasil, durante as

24 horas do dia.

Com essas inovações tecnológicas, segundo Renan, o Senado poderá obter redução de custos nos seus processos. Para isso, serão instaladas redes de comunicação sem fio, nas residências oficiais dos senadores. Essas redes utilizam ondas de rádio que possibilitarão a conexão direta com a sede do Senado Federal. O Gabinete 24 horas permite ainda a conexão dos parlamentares com o Plenário e as comissões de qualquer lugar do país.

Renan Calheiros lembrou que a Unilegis (Universidade do Legislativo), que formou este ano suas duas primeiras turmas, faz do Senado a única Casa legislativa do mundo a ter uma universidade. O Siga Brasil, sistema aberto pelo Senado à

sociedade para o acompanhamento da execução orçamentária, foi citado pelo presidente do Senado como um instrumento de cidadania. O Siga Brasil é utilizado por parlamentares, relatores, consultores e analistas nas diversas fases do processo orçamentário.

Renan Calheiros inaugurou a exposição *Espaço Memória Informática*, que reúne alguns dos primeiros equipamentos de processamento de dados utilizados pelo Prodasen, criado em 1972.

O 1º secretário da Casa, Efraim Morais (PFL-PB), senadores e diretores do Senado também participaram da comemoração em homenagem aos 33 anos do Prodasen, completados no último dia 12 de outubro.